





Fecomércio - 22/07/2020

Índice

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Governo do Estado convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações 8
Notícias - 21/07/2020

O Potiguar | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Governo do Estado convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações 9
Notícias - 21/07/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN 10
Notícias - 21/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN 13
notícias - 21/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN 16
Notícias - 21/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Live marcará o lançamento do Programa de Assistência Educacional, do Sesc-RN e Senac-RN, às 18h30 19
notícias - 21/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Sistema Fecomércio faz entrega de R\$ 26 mil em cartões alimentação para famílias carentes de Natal 20
Notícias - 21/07/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Sistema Fecomércio RN oferece capacitação gratuita para preparar escolas 21
Notícias - 21/07/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Sistema Fecomércio RN oferece capacitação gratuita para preparar escolas e educadores 22
Notícias - 21/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Energia 24
Notícias - 22/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo propõe ampliar 'penduricalhos' a militares 26
Notícias - 21/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sem consenso, governo apresenta ao Congresso projeto de reforma tributária 28
notícias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Com crise na Argentina, companhias migram parte da produção para o Brasil 30
notícias - 21/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes entrega hoje ao Congresso proposta de reforma tributária 32
Notícias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sancionada lei que permite retorno de sorteios na TV 33
Notícias - 21/07/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN pode perder R\$ 60 milhões em um ano com queda no preço do petróleo 34
Notícias - 21/07/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sancionada lei que permite retorno de sorteios na TV 36
Noticias - 21/07/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo muda formas de contrato de trabalho por conta da Covid-19 37
Noticias - 21/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo permite uso de imóvel financiado como garantia de novo crédito 39
notícias - 21/07/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Empresas investem mais de U\$S 580 milhões no onshore potiguar 41
Notícias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mossoró conta com 55 vagas de emprego disponíveis 44
Notícias - 21/07/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro sanciona com vetos lei que autoriza sorteios em TV aberta e rádio 46
Notícias - 21/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes entrega projeto da reforma tributária ao Congresso com fusão de PIS/Cofins 48
notícias - 21/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes: é a política que dita o ritmo das reformas 51
Noticias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Paulo Guedes entrega proposta de reforma tributária ao Congresso 52
Noticias - 21/07/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Enquanto 9 milhões têm salário cortado, deputados e senadores recebem antecipação de metade do 13º

54

Noticias - 21/07/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes entrega proposta de reforma tributária ao Congresso

56

Notícias - 21/07/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Zenaide apresenta Projeto de Lei para incentivar financiamento colaborativo e ajudar micro e pequenas empresas

58

Noticias - 21/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar cai para R\$ 5,212 com ânimo no exterior e reforma tributária

60

notícias - 21/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Canado: O governo não recuou, mas sim adiou a reoneração da cesta básica

61

Noticias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sicoob Potiguar distribuirá R\$ 611 mil de sobras entre os associados

62

Noticias - 22/07/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Zenaide apresenta Projeto de Lei para incentivar financiamento colaborativo e ajudar micro e pequenas empresas

64

Noticias - 21/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Com recuo de Paulo Guedes, cesta básica segue isenta de impostos

66

Noticias - 22/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo quer trocar PIS/Cofins por novo imposto de 12% sobre consumo

Notícias - 22/07/2020

68

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Zenaide apresenta Projeto de Lei para incentivar financiamento colaborativo

Notícias - 22/07/2020

71

Governo do Estado convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Diante das aglomerações observadas nas praias no último final de semana, a governadora Fátima Bezerra convoca os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da Segurança e da Saúde Pública.

A pauta da reunião será a busca de solução para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus. 'O que aconteceu nesse fim de semana em Ponta Negra e em outras praias é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado. Vamos buscar um entendimento com os prefeitos e discutir medidas mais fortes de fiscalização', justificou a governadora.

O secretário estadual de Gestão de Metas e Projetos e coordenador do programa Pacto pela Vida, Fernando Mineiro, informou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região emitiu uma decisão, na última sexta-feira (7), em que aponta que o poder de definir a liberação das atividades econômicas é do Município (no caso, a decisão se refere à capital).

'O acesso, a circulação de pessoas, o funcionamento dos quiosques e ambulantes são de responsabilidade das prefeituras. O papel do Estado é se somar nas parcerias e estamos à disposição para realização de ações com os municípios, como as barreiras sanitárias nos acessos às vias litorâneas, distribuição de máscaras e atuação das Forças de Segurança, para conter as possíveis arbitrariedades', explicou.

NÍSIA DIGITAL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Governo do Estado convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Daniel Menezes

Foto: reprodução

Diante das aglomerações observadas nas praias no último final de semana, a a governadora Fátima Bezerra convoca os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da

Segurança e da Saúde Pública.

A pauta da reunião será a busca de solução para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus. 'O que aconteceu nesse fim de semana em Ponta Negra e em outras praias é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado. Vamos buscar um entendimento com os prefeitos e discutir medidas mais fortes de fiscalização', justificou a governadora.

O secretário estadual de Gestão de Metas e Projetos e coordenador do programa Pacto pela Vida, Fernando Mineiro, informou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região emitiu uma decisão, na última sexta-feira (7), em que aponta que o poder de definir a liberação das atividades econômicas é do Município (no caso, a decisão se refere à capital).

'O acesso, a circulação de pessoas, o funcionamento dos quiosques e ambulantes são de responsabilidade das prefeituras. O papel do Estado é se somar nas parcerias e estamos à disposição para realização de ações com os municípios, como as barreiras sanitárias nos acessos às vias litorâneas, distribuição de máscaras e atuação das Forças de Segurança, para conter as possíveis arbitrariedades', explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

A busca de solução para impedir as aglomerações nas praias, conforme verificadas no último final de semana, norteou a reunião virtual convocada pelo Governo do RN, realizada nesta terça-feira (21), com gestores de 22 municípios costeiros.

Ficou definido que a partir da próxima quinta-feira (23) haverá equipes integradas das forças de segurança públicas nos acessos e nas praias de toda a extensão litorânea potiguar, de Baía Formosa a Tibau. As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação

para informar, educar, corrigir e reprimir as arbitrariedades.

'Tivemos uma reunião muito representativa e muito produtiva. Agradecemos a presença dos gestores de todos os 22 municípios convocados. A maioria apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora Fátima Bezerra.

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento. 'O que nós precisamos é de união, para que a façamos essa travessia com segurança. O alerta foi dado. Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

O secretário de Estado da Segurança Pública (Sesed), cel. Francisco Araújo, respondeu aos pedidos feitos por alguns gestores que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias.

'Tenho ordem expressa da governadora para que todas as forças de segurança públicas estejam disponíveis para as ações de enfrentamento ao coronavírus. Estou à

disposição para o que vocês precisarem', afirmou.

METADE DA POPULAÇÃO RESIDE NO LITORAL: De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, os 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar. Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado. 'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

Fernando Mineiro, secretário de Estado de Gestão de Metas e Projetos, sugeriu que sejam realizadas blitzes sanitárias educativas a fim de conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras e que os municípios estabeleçam multa pelo não uso do acessório de proteção. 'Metade da população do RN se concentra na região litorânea, daí vem o impacto. É impensável a atividade na beira da praia sem gerar aglomerações. Ninguém vai à praia com máscara. Então temos que conscientizar as pessoas sobre como devem se comportar', disse. Ele citou o sistema de monitoramento de câmeras de Ponta Negra a Redinha, que tem ajudado às forças da segurança a dispersarem as aglomerações.

Ao situar o RN como o primeiro estado a receber certificação internacional como apto a receber de forma segura o turista, a secretária de Estado do Turismo (Setur), Ana Maria Costa, informou que a equipe está em campo

para orientar o setor do turismo a fazer sua retomada por meio do selo Turismo+Protegido.

'Fizemos o plano de retomada do turismo e oferecemos capacitação através do Senac e Sebrae, realizando um trabalho muito importante para capacitar todos os que estão na linha de frente', disse. As informações estão contidas no site www.turismoprotegido.rn.gov.br.

O procurador regional do Trabalho, Xisto Tiago, reforçou que o diálogo entre os entes é bastante construtivo e salutar para toda a população potiguar. 'Eu faço apelo às prefeituras e segmentos econômicos para que lancem mão de uma comunicação eficaz através de todas as mídias, dos meios de comunicação, com a sinalização de que uma abertura responsável, seguindo fases e protocolos, não deve ser compreendido como 'liberou geral'. É preciso também uma fiscalização prévia, de natureza pedagógica, para que não vejamos novamente aquele tipo de cena', destacou.

Chefe do Ministério Público Estadual, o promotor público Eudo Leite, também conclamou que haja esforço concentrado das prefeituras, com formação das equipes com servidores públicos municipais, para compor as blitzes sanitárias e educativas. 'A gente viu imagens muito fortes, e como o secretário adjunto da Saúde, Petrônio Spinelli costuma falar, o que se vê hoje terá como consequência daqui a 15 dias nas filas por leitos', ressaltou.

Representando o setor produtivo, o presidente da Fecomércio **Marcelo Queiroz** informou que as empresas têm seguido os protocolos e pede mais rigor nas fiscalizações.

'Foram mais de 100 dias de comércio fechado. O turismo amarga dias e dias sem perspectivas. Enquanto isso, realizamos ações com Sebrae e CDL, em que visitamos empresas mostrando os protocolos. Vamos expandir essa ação para o interior. Implantamos na Fecomércio um programa em que o empreendedor tem como acessar os protocolos gerais e os específicos para sua empresa'.

Presidente da Abrasel-RN, entidade que representa os bares e restaurantes, Artur Fontes observou que a maior parte das movimentações ocorreram em ambientes informais. 'Sugiro intensificar as blitzes de lei seca nas praias. O papel dos governos é fiscalizar de forma enérgica', pontuou.

Todos os gestores municipais que participaram da reunião, à exemplo de Giovani Júnior, secretário do município de Parnamirim de Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico, destacaram a importância da Polícia Militar do RN e de outras forças de segurança nesse processo de coibir as aglomerações.

'Precisamos de uma comunicação eficaz e sabemos que isso não é tarefa fácil. No nosso ponto de vista, o fato de Ponta Negra por si repercutiu negativamente na mídia. Temos tido toda a responsabilidade, e acredito que não falta aos gestores a noção clara do que isso representa. Precisamos sim reforçar as parcerias para fiscalização', concluiu.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que todos os municípios serão enérgicos ao fiscalizarem a orla. Estavam presentes à

videoconferência, além dos gestores já citados, o vice-governador Antenor Roberto; o chefe da Casa Civil Raimundo Alves, que conduziu a reunião; a delegada geral da Polícia Civil, Ana Cláudia Saraiva Gomes, e o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do RN cel. Monteiro Júnior. Foto: Fabiano Trindade

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A busca de solução para impedir as aglomerações nas praias, conforme verificadas no último final de semana, norteou a reunião virtual convocada pelo Governo do RN, realizada nesta terça-feira (21), com gestores de 22 municípios costeiros. Ficou definido que a partir da próxima quinta-feira (23) haverá equipes integradas das forças de segurança públicas nos acessos e nas praias de toda a extensão litorânea potiguar, de Baía Formosa a Tibau. As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação para informar, educar, corrigir e reprimir as arbitrariedades.

'Tivemos uma reunião muito representativa e

muito produtiva. Agradecemos a presença dos gestores de todos os 22 municípios convocados. A maioria apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora Fátima Bezerra.

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento. 'O que nós precisamos é de união, para que a façamos essa travessia com segurança. O alerta foi dado. Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

O secretário de Estado da Segurança Pública (Sesed), cel. Francisco Araújo, respondeu aos pedidos feitos por alguns gestores que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias. 'Tenho ordem expressa da governadora para que toda as forças de segurança públicas estejam disponíveis para as ações de enfrentamento ao coronavírus. Estou à disposição para o que vocês precisarem', afirmou.

METADE DA POPULAÇÃO RESIDE NO LITORAL

De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, os 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar. Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado. 'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

Fernando Mineiro, secretário de Estado de Gestão de Metas e Projetos, sugeriu que sejam realizadas blitzes sanitárias educativas a fim de conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras e que os municípios estabeleçam multa pelo não uso do acessório de proteção. 'Metade da população do RN se concentra na região litorânea, daí vem o impacto. É impensável a atividade na beira da praia sem gerar aglomerações. Ninguém vai à praia com máscara. Então temos que conscientizar as pessoas sobre como devem se comportar', disse. Ele citou o sistema de monitoramento de câmeras de Ponta Negra a Redinha, que tem ajudado às forças da segurança a dispersarem as aglomerações.

Ao situar o RN como o primeiro estado a receber certificação internacional como apto a receber de forma segura o turista, a secretária de Estado do Turismo (Setur), Ana Maria Costa, informou que a equipe está em campo para orientar o setor do turismo a fazer sua retomada por meio do selo Turismo+Protegido. 'Fizemos o plano de retomada do turismo e oferecemos capacitação através do Senac e

Sebrae, realizando um trabalho muito importante para capacitar todos os que estão na linha de frente', disse. As informações estão contidas no site www.turismoprottegido.rn.gov.br.

O procurador regional do Trabalho, Xisto Tiago, reforçou que o diálogo entre os entes é bastante construtivo e salutar para toda a população potiguar. 'Eu faço apelo às prefeituras e segmentos econômicos para que lancem mão de uma comunicação eficaz através de todas as mídias, dos meios de comunicação, com a sinalização de que uma abertura responsável, seguindo fases e protocolos, não deve ser compreendido como 'liberou geral'. É preciso também uma fiscalização prévia, de natureza pedagógica, para que não vejamos novamente aquele tipo de cena', destacou.

Chefe do Ministério Público Estadual, o promotor público Eudo Leite, também conclamou que haja esforço concentrado das prefeituras, com formação das equipes com servidores públicos municipais, para compor as blitzes sanitárias e educativas. 'A gente viu imagens muito fortes, e como o secretário adjunto da Saúde, Petrônio Spinelli costuma falar, o que se vê hoje terá como consequência daqui a 15 dias nas filas por leitões', ressaltou.

Representando o setor produtivo, o presidente da Fecomércio **Marcelo Queiroz** informou que as empresas têm seguido os protocolos e pede mais rigor nas fiscalizações. 'Foram mais de 100 dias de comércio fechado. O turismo amarga dias e dias sem perspectivas. Enquanto isso, realizamos ações com Sebrae e CDL, em que visitamos empresas mostrando os protocolos. Vamos expandir essa ação para

o interior. Implantamos na Fecomércio um programa em que o empreendedor tem como acessar os protocolos gerais e os específicos para sua empresa'.

Presidente da Abrasel-RN, entidade que representa os bares e restaurantes, Artur Fontes observou que a maior parte das movimentações ocorreram em ambientes informais. 'Sugiro intensificar as blitzes de lei seca nas praias. O papel dos governos é fiscalizar de forma enérgica', pontuou.

Todos os gestores municipais que participaram da reunião, à exemplo de Giovani Júnior, secretário do município de Parnamirim de Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico, destacaram a importância da Polícia Militar do RN e de outras forças de segurança nesse processo de coibir as aglomerações. 'Precisamos de uma comunicação eficaz e sabemos que isso não é tarefa fácil. No nosso ponto de vista, o fato de Ponta Negra por si repercutiu negativamente na mídia. Temos tido toda a responsabilidade, e acredito que não falta aos gestores a noção clara do que isso representa. Precisamos sim reforçar as parcerias para fiscalização', concluiu.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que todos os municípios serão enérgicos ao fiscalizarem a orla. Estavam presentes à videoconferência, além dos gestores já citados, o vice-governador Antenor Roberto; o chefe da Casa Civil Raimundo Alves, que conduziu a reunião; a delegada geral da Polícia Civil, Ana Cláudia Saraiva Gomes, e o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do RN cel. Monteiro Júnior.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

A busca de solução para impedir as aglomerações nas praias, conforme verificadas no último final de semana, norteou a reunião virtual convocada pelo Governo do RN, realizada nesta terça-feira (21), com gestores de 22 municípios costeiros. Ficou definido que a partir da próxima quinta-feira (23) haverá equipes integradas das forças de segurança públicas nos acessos e nas praias de toda a extensão litorânea potiguar, de Baía Formosa a Tibau. As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação para informar, educar, corrigir e reprimir as arbitrariedades.

'Tivemos uma reunião muito representativa e muito produtiva. Agradecemos a presença dos gestores de todos os 22 municípios convocados. A maioria apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora Fátima Bezerra.

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento. 'O que nós precisamos é de união, para que a façamos essa travessia com segurança. O alerta foi dado. Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

O secretário de Estado da Segurança Pública (Sesed), cel. Francisco Araújo, respondeu aos pedidos feitos por alguns gestores que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias. 'Tenho ordem expressa da governadora para que toda as forças de segurança públicas estejam disponíveis para as ações de enfrentamento ao coronavírus. Estou à disposição para o que vocês precisarem', afirmou.

METADE DA POPULAÇÃO RESIDE NO

LITORAL

De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, os 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar. Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado. 'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

Fernando Mineiro, secretário de Estado de Gestão de Metas e Projetos, sugeriu que sejam realizadas blitzes sanitárias educativas a fim de conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras e que os municípios estabeleçam multa pelo não uso do acessório de proteção. 'Metade da população do RN se concentra na região litorânea, daí vem o impacto. É impensável a atividade na beira da praia sem gerar aglomerações. Ninguém vai à praia com máscara. Então temos que conscientizar as pessoas sobre como devem se comportar', disse. Ele citou o sistema de monitoramento de câmeras de Ponta Negra a Redinha, que tem ajudado às forças da segurança a dispersarem as aglomerações.

Ao situar o RN como o primeiro estado a receber certificação internacional como apto a receber de forma segura o turista, a secretária de Estado do Turismo (Setur), Ana Maria Costa, informou que a equipe está em campo para orientar o setor do turismo a fazer sua retomada por meio do selo Turismo+Protegido.

'Fizemos o plano de retomada do turismo e oferecemos capacitação através do Senac e Sebrae, realizando um trabalho muito importante para capacitar todos os que estão na linha de frente', disse. As informações estão contidas no site www.turismoprotegido.rn.gov.br.

O procurador regional do Trabalho, Xisto Tiago, reforçou que o diálogo entre os entes é bastante construtivo e salutar para toda a população potiguar. 'Eu faço apelo às prefeituras e segmentos econômicos para que lancem mão de uma comunicação eficaz através de todas as mídias, dos meios de comunicação, com a sinalização de que uma abertura responsável, seguindo fases e protocolos, não deve ser compreendido como 'liberou geral'. É preciso também uma fiscalização prévia, de natureza pedagógica, para que não vejamos novamente aquele tipo de cena', destacou.

Chefe do Ministério Público Estadual, o promotor público Eudo Leite, também conclamou que haja esforço concentrado das prefeituras, com formação das equipes com servidores públicos municipais, para compor as blitzes sanitárias e educativas. 'A gente viu imagens muito fortes, e como o secretário adjunto da Saúde, Petrônio Spinelli costuma falar, o que se vê hoje terá como consequência daqui a 15 dias nas filas por leitos', ressaltou.

Representando o setor produtivo, o presidente da Fecomércio **Marcelo Queiroz** informou que as empresas têm seguido os protocolos e pede mais rigor nas fiscalizações. 'Foram mais de 100 dias de comércio fechado. O turismo amarga dias e dias sem perspectivas. Enquanto isso, realizamos ações com Sebrae e

CDL, em que visitamos empresas mostrando os protocolos. Vamos expandir essa ação para o interior. Implantamos na Fecomércio um programa em que o empreendedor tem como acessar os protocolos gerais e os específicos para sua empresa'.

Presidente da Abrasel-RN, entidade que representa os bares e restaurantes, Artur Fontes observou que a maior parte das movimentações ocorreram em ambientes informais. 'Sugiro intensificar as blitzes de lei seca nas praias. O papel dos governos é fiscalizar de forma enérgica', pontuou.

Todos os gestores municipais que participaram da reunião, à exemplo de Giovani Júnior, secretário do município de Parnamirim de Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico, destacaram a importância da Polícia Militar do RN e de outras forças de segurança nesse processo de coibir as aglomerações. 'Precisamos de uma comunicação eficaz e sabemos que isso não é tarefa fácil. No nosso ponto de vista, o fato de Ponta Negra por si repercutiu negativamente na mídia. Temos tido toda a responsabilidade, e acredito que não falta aos gestores a noção clara do que isso representa. Precisamos sim reforçar as parcerias para fiscalização', concluiu.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que todos os municípios serão enérgicos ao fiscalizarem a orla. Estavam presentes à videoconferência, além dos gestores já citados, o vice-governador Antenor Roberto; o chefe da Casa Civil Raimundo Alves, que conduziu a reunião; a delegada geral da Polícia Civil, Ana Cláudia Saraiva Gomes, e o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do RN cel. Monteiro

Júnior.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Live marcará o lançamento do Programa de Assistência Educacional, do Sesc-RN e Senac-RN, às 18h30



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em mais uma ação de parceria e atuação reforçada em virtude da Pandemia, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc e **Senac RN**, abre inscrições para cursos gratuitos do seu Programa de Assistência Educacional.

A ideia é oferecer um pacote de serviços gratuitos para orientação e capacitação, com foco nas tecnologias e biossegurança no ambiente escolar. O pacote inclui consultoria, cursos on-line, lives e aula experimental.

Nesta primeira etapa, o programa irá disponibilizar 300 vagas em cursos de aperfeiçoamento em ferramentas e aplicativos para a realização de aulas on-line; formação tecnológica para docência e capacitação de

boas práticas de prevenção à Covid-19 para creches e escolas.

LIVE NESTA TERÇA (21) MARCARÁ O LANÇAMENTO DO PROGRAMA

Nesta terça-feira (21), às 18h30, será realizada a live "Os desafios das escolas e dos educadores para enfrentar as mudanças em virtude da Covid-19" nos canais do **Senac-RN** e **Sesc-RN** no Youtube.

Esse tema extremamente pertinente será debatido pelos diretores regionais do Sesc e do **Senac**, Fernando Virgílio e Raniery Pimenta, com a mediação da jornalista, educadora e criadora da Papo de Mídias, Erika Zuza.

SERVIÇO:

?? Terça-feira (21)

? 18h30

Assista aqui:

<https://www.youtube.com/user/senacrn>

<https://www.youtube.com/user/SESCRN>

Outras informações:
<https://fecomerciorn.com.br/noticias/sistema-fecomercio-rn-oferece-capacitacao-gratuita-para-preparar-escolas/>

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Sistema Fecomércio faz entrega de R\$ 26 mil em cartões alimentação para famílias carentes de Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

Uma parceria firmada entre o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc, e o Grupo Carrefour Brasil, está possibilitando a 263 famílias em estado de vulnerabilidade do estado que façam suas próprias compras. Desta forma, as famílias, que são cadastradas no **Mesa Brasil** e normalmente recebem os alimentos como doações, podem escolher o que e onde comprar os itens, melhorando assim sua auto estima e autonomia. O Rio Grande do Norte foi um dos doze estados selecionados no Brasil pela rede de supermercados.

Foram entregues o equivalente a R\$ 26 mil em

cartões alimentação, com R\$ 100 cada, às famílias da Associação Beneficente Raimunda Rodrigues (ABRAIRO), Associação Nossa Senhora das Dores, Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus (Casa de Benção), Associação Shalom e do Centro Espírita Irmãos do Caminho. O crédito pode ser utilizado no Carrefour ou estabelecimentos comerciais com a bandeira Atacadão.

A entrega dos cartões é mais uma ação do Programa **Mesa Brasil** no RN, que desde o início da pandemia manteve o trabalho de assistência, beneficiando quase 185 mil pessoas, com a doação de refeições prontas, cestas básicas e produtos de limpeza. De março até o dia 15 de julho, o **Mesa Brasil** conseguiu arrecadar 633 toneladas de alimentos para doação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Sistema Fecomércio RN oferece capacitação gratuita para preparar escolas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Em mais uma ação de parceria e atuação reforçada em virtude da Pandemia, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc e **Senac RN**, abre inscrições para cursos gratuitos do seu Programa de Assistência Educacional. A ideia é oferecer um pacote de serviços gratuitos para orientação e capacitação, com foco nas tecnologias e biossegurança no ambiente escolar. O pacote inclui consultoria, cursos on-line, lives e aula experimental.

Nesta primeira etapa, o programa irá disponibilizar 300 vagas em cursos de aperfeiçoamento em ferramentas e aplicativos

para a realização de aulas on-line; formação tecnológica para docência e capacitação de boas práticas de prevenção à Covid-19 para creches e escolas.

ATENÇÃO!

Antes de iniciar sua inscrição, você deve ter foto ou pdf do seu RG, CPF, Comprovante de Residência e Escolaridade, documentos essenciais para finalização do seu cadastro.

Cada candidato pode se inscrever, no máximo, em dois cursos disponíveis neste processo, desde que não esteja matriculado em outras turmas ofertadas anteriormente pelo PSG.

A seleção dos candidatos irá considerar a ordem de inscrição.

Na Ficha de Cadastro, você deve informar um e-mail de uso pessoal.

Confira aqui o folder com mais detalhes.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Curso de Formação Tecnológica para Docência (150 vagas) - Inscreva-se aqui!

Boas Práticas de Prevenção à Covid-19 em Creches e Escolas (100 vagas) - Inscreva-se aqui!

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Sistema Fecomércio RN oferece capacitação gratuita para preparar escolas e educadores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Estão abertas, desde a segunda-feira (20), as inscrições para os cursos gratuitos do Programa de Assistência Educacional oferecidos pelo **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc e **Senac RN**. O sistema oferece um pacote de serviços gratuitos para orientação e capacitação, com foco nas tecnologias e biossegurança no ambiente escolar. O pacote inclui consultoria, cursos online, lives e aula experimental.

Nesta primeira etapa, o programa irá disponibilizar 300 vagas em cursos de aperfeiçoamento em ferramentas e aplicativos para a realização de aulas online; formação tecnológica para docência e capacitação de

boas práticas de prevenção à covid-19 para creches e escolas.

'Desde o início da crise instalada pela pandemia covid-19 o **Sistema Fecomércio RN** vem investindo em ações e medidas que atendam todos os profissionais e também empresas. O Programa de Assistência Educacional é parte dessas ações. Uma iniciativa construída pelas equipes do Sesc e **Senac RN**, com o objetivo de auxiliar os educadores e escolas nesse novo ambiente educacional', disse o presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

As aulas dos próprios cursos serão ministradas no ambiente virtual, com toda a estrutura de apoio aos alunos. O curso básico de aperfeiçoamento em tecnologias digitais para sala de aula, por exemplo, é voltado preferencialmente aos educadores de escolas públicas e privadas, conduzido pela equipe pedagógica do **Sesc RN**, por meio do Google Meet, Classroom e WhatsApp. São 50 vagas e os conteúdos abrangem a plataforma Google e seus principais aplicativos como atividades remotas e sala de aula on-line.

As interações em tempo real serão de duas horas, com aulas de segunda a sexta-feira, respectivamente nos horários das 8h às 10h e das 14h às 16h. Inclusive, o ensino online foi destaque no Censo de Educação realizado pelo **Sesc RN** com os pais e responsáveis dos alunos das escolas Sesc. O índice de aceitação das aulas virtuais foi de 92%, o que indica a satisfação com a nova metodologia adotada.

Os outros dois cursos oferecidos dentro do

programa são o de Formação Tecnológica para Docência, com 150 vagas, e o de Boas Práticas de Prevenção à covid-19 em creches e escolas, com 100 vagas. Ambos os cursos serão online e ao vivo, por meio da Sala de Aula Virtual do **Senac** RN, através da plataforma Microsoft Teams. As escolas também terão acesso a um serviço de consultoria, que orientará as tecnologias adequadas a cada realidade.

As vagas são limitadas. O período de inscrição é de 20 a 27 de julho, por meio dos sites www.sescrn.com.br e www.rn.senac.br. Os participantes recebem o certificado digital após conclusão do curso, mediante o cumprimento de carga horária estabelecida.

No dia 21 julho será realizado uma live de lançamento, às 18h30, com o tema 'Os desafios das escolas e dos educadores para enfrentar as mudanças em virtude da covid-19'. O bate papo será transmitido nos canais do Sesc e **Senac** no Youtube e que conta com a mediação da jornalista e educadora, Érika Zuza, com participação dos diretores regionais do Sesc e do **Senac**, Fernando Virgilio e Raniery Pimenta. Já no dia 23 de julho haverá uma aula experimental, aberta ao público e também virtual, na qual qualquer pessoa poderá conhecer melhor o programa e os cursos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Energia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

A intenção de consumo das famílias atinge o menor nível da história, revela a **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**. É a quarta queda mensal seguida em julho (-4%) e tem o pior resultado desde o início da realização da pesquisa, em janeiro de 2010. No comparativo anual, o indicador também registra o quarto recuo seguido (-26,4%). O índice está abaixo do nível de satisfação (100 pontos) desde abril de 2015. Mais cautelosas com relação aos níveis de consumo, 62,6% das famílias consideraram que consumiram menos em julho do que em igual período de 2019 - o maior percentual desde novembro de 2016.

Retração

Esse indicador foi o que apresentou a maior queda mensal (-6,8%), pior resultado também desde novembro de 2016. Na comparação com julho de 2019, a variação foi de -30,2%. Os indicadores do **mercado** de trabalho seguem mostrando um cenário nebuloso. A parcela de brasileiros que se sentem menos seguros com o seu emprego é novo recorde e atinge, em julho, o nível mais elevado (33,7%).

Custos

Nada menos do que seis em cada 10 brasileiros tiveram aumento no custo de vida durante pandemia de Covid-19, mostra pesquisa da Ipsos. A pesquisa foi feita com 26 nações para identificar se houve alguma mudança na **economia** familiar das populações durante a pandemia. Compras de **mercado** e despesas domésticas fixas, como água, luz e gás, são maiores responsáveis por encarecimento

Reforma

Está no Congresso a proposta de reforma tributária do Executivo levada ontem pelo ministro Paulo Guedes, da **Economia**. O governo propõe a substituição e a unificação de impostos com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Não reduz a carga, apenas simplificar os procedimentos. Terá também outras mudanças. Agora a proposta vai tramitar na comissão especial.

Guararapes

A ata da reunião dos conselheiros de Guararapes Confecções S/A, realizada em 29 de abril/2020, tem a reeleição do Conselho de

Administração, com Flávio Rocha na presidência e a fixação da remuneração dos membros. Não houve eleição do Conselho Fiscal onde os acionistas minoritários tinham indicados dois nomes.

Recursos escassos

Em apenas cinco dias, o Sicoob atingiu o teto da oferta de crédito via Pronampe aos seus cooperados, valor que chegou a R\$ 1,3 bilhão. O sistema de cooperativas de crédito se destacou durante a pandemia ao oferecer linhas de crédito com taxas justas e focado nos pequenos empresários de todo o País. O Sicoob já liberou mais de R\$ 1,3 bilhão pelo programa, que tem **juros** baixíssimos e atraiu atenção dos micro e pequenos empresários associados as cooperativas de todo o País. A linha, que tem prazo de 36 meses, sendo oito de carência, tem **juros** à taxa Selic acrescida de 1,25% ao ano.

Cotações

O ouro sobe e fecha no maior preço desde setembro de 2011. O dólar tem forte queda a R\$ 5,209 (-2,49%). O Ibovespa tem dia volátil e fecha a 104.310 pontos (-0,11%). O que parecia ser um dia de tranquilidade mudou tudo com o acordo de um fundo 750 bilhões de euros da União Europeia, para reanimar a **economia** da região. O petróleo (spot) sobe cotado a US\$ U\$ 41,53 (+0,84%).

Energia (I)

O consumo de energia elétrica tem queda de 3,4% em junho, diz o Operador Nacional do Sistema Elétrico, sob a justificativa da redução da atividade econômica em razão da pandemia do novo coronavírus. Para julho, o ONS prevê crescimento de 0,5% na carga de energia. O governo decidiu incluir equipamentos de

energia solar em uma lista de bens de capital cujos impostos de importação estão zerados até o final de 2021.

Energia (II)

A operadora Vivo adota o modelo de geração distribuída e passa a produzir a própria energia em todas as regiões do Brasil, para suprir mais de 80% do seu consumo atendido em baixa tensão. Por meio do modelo de geração distribuída, a empresa utilizará fontes renováveis de origem solar (61%), hídrica (30%) e de biogás (9%). A iniciativa abrange usinas operando em 23 estados e o Distrito Federal.

Programa

O Governo do Estado revoga os Decretos Estaduais nº 29.580, de 31 de março de 2020, que suspendia a distribuição de prêmios da campanha Nota Potiguar, e o decreto de 26 de junho que regulamenta a destinação de recursos da Campanha Nota Potiguar ao Fundo Estadual de Cultura. Volta à distribuição dos prêmios mensais.

Promoção

A ALE Combustíveis retoma as ações de relacionamento com torcedores. A distribuidora de combustíveis é patrocinadora oficial do Corinthians e da Copa do Nordeste e preparou uma série de ações para marcar o retorno do futebol. Marca a ampliação do patrocínio da companhia, que terá a logo na parte frontal das camisas nesta temporada e fará ações de marketing no retorno da Copa do Nordeste.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Governo propõe ampliar 'penduricalhos' a militares



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo Jair Bolsonaro pretende criar duas categorias de cargos e gratificações no Executivo para ocupação exclusiva por militares, com remunerações maiores que os valores atuais. Oficiais que hoje recebem até R\$ 1.734,92 para exercer cargo de confiança na administração podem passar a ganhar até R\$ 6.991,73 mais de seis vezes o **salário** mínimo (R\$ 1.045), de acordo com minuta de medida provisória obtida pelo Estadão/Broadcast.

Os praças, militares de patente mais baixa que têm reclamado do tratamento mais favorável dado pelo governo aos oficiais, também poderão receber gratificações de até R\$ 2.591,46, o equivalente a dois salários mínimos e meio.

Os valores, segundo outro documento obtido pela reportagem, foram questionados internamente pelo Ministério da **Economia**, que viu "aumento significativo" nas remunerações.

Após editada, uma medida provisória tem vigência imediata, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias. O texto figura entre as prioridades de análise da Casa Civil, comandada pelo general da reserva Walter Braga Netto.

Na área econômica, a avaliação é a de que o calendário político "não está favorável" a uma proposta como esta em um momento no qual 13,7 milhões de trabalhadores tiveram contratos suspensos ou salários reduzidos em razão da crise do novo coronavírus.

O Ministério da Defesa informou, por sua vez, que o "estudo", iniciado antes da pandemia da covid-19, "não deve avançar" por causa da limitação para aumentos de despesa com pessoal, imposta até o fim de 2021 pela Lei Complementar 173, que selou o socorro financeiro a Estados e municípios e fixou a mesma proibição para os governos regionais. Técnicos do governo, porém, veem espaço para a edição da MP com os "penduricalhos" porque a reorganização não resultará em aumento líquido de despesa.

Além da reserva de vagas no Executivo, a proposta prevê que os militares possam acumular a remuneração integral dos cargos e funções com aquela recebida pelo posto ocupado na hierarquia militar. Na prática,

poderão receber 100% de ambas, enquanto servidores indicados para cargos civis terão de escolher entre possibilidades menos vantajosas - uma delas é ganhar o **salário** do cargo efetivo de origem mais 60% da remuneração comissionada.

Crescimento

O texto também permite que militares continuem sendo designados para cargos e funções destinadas a civis. Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que a quantidade de militares da ativa e da reserva em postos civis mais do que dobrou no governo Bolsonaro e passou de 2.765 em 2018 para 6.157 em 2020. No mesmo período, o número de militares que ocupam cargos comissionados cresceu de 1.934 para 2.643.

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, disse que a proposta para atualizar gratificações da categoria é antiga e corrige desigualdades com servidores civis que têm as mesmas atribuições. "Isso é apenas uma atualização. É preciso ficar claro que não há previsão de aumento na despesa", afirmou o general, ontem, em entrevista à Rádio Jovem Pan.

Além da maior participação no governo, os militares foram a categoria mais recentemente contemplada com reajustes de soldos e gratificações, aprovados na reestruturação da carreira desde o fim do ano passado. Enquanto isso, a maior parte dos servidores civis está com salários congelados há quase três anos.

A criação dos cargos exclusivos para militares foi inserida em uma proposta de reorganização dos postos comissionados, funções gratificadas

e gratificações do Executivo. Desde a transição de governo, a equipe econômica trabalha numa simplificação dessas classificações, que somam 34 tipos diferentes e engessam a gestão do quadro de pessoal.

Procurado, o Ministério da **Economia** informou que buscar alternativas para a otimização das despesas com cargos comissionados e mobilidade de servidores é uma diretriz.

"Propostas nesse sentido estão permanentemente em análise (...) pela equipe técnica do Ministério da **Economia** e fazem parte desse processo consultas a outros órgãos públicos", diz a nota. A Casa Civil não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sem consenso, governo apresenta ao Congresso projeto de reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Sob o impacto econômico da covid-19, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, apresenta hoje (21) ao Congresso a primeira parte da sua proposta de reforma tributária. O projeto unifica PIS e Cofins, dois **tributos** federais que incidem sobre o consumo e que são regulados atualmente por um cipoal de regras que dificulta o pagamento pelas empresas e estimula disputas judiciais.

A fixação de uma alíquota única sobre bens e serviços já colocou de lados opostos indústria e serviços - que só aceita uma reforma tributária se houver redução nos impostos pagos sobre a folha dos funcionários. O comércio considera que a simplificação do PIS/Cofins é um bom

início, mas é preciso mexer na tributação da renda. Já o setor agropecuário quer evitar que haja aumento na sua carga tributária para compensar o alívio para os outros segmentos.

Pela proposta do governo, o tributo resultante da fusão do PIS e da Cofins terá alíquota de 12% e receberá o nome de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Seguirá o modelo de imposto sobre valor agregado (IVA) adotado em 180 países, em que todos os créditos poderão ser usados pelas empresas para diminuir o valor a pagar.

Essa primeira fase da reforma também deve incluir a oneração de todos os produtos da cesta básica. A ideia é que o aumento de arrecadação com o fim da isenção do PIS/Cofins da cesta básica seja irrigado para o Renda Brasil, o programa social que o governo pretende lançar em agosto para substituir o Bolsa Família.

Posteriormente, os beneficiários do programa receberiam de volta a parcela de **tributos** paga a mais com o fim da isenção. Além disso, a Zona Franca deve manter os atuais incentivos e nada muda para as empresas do Simples.

A proposta do governo chega ao Congresso depois de um acerto, na semana passada, entre Guedes com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e Rodrigo Maia (DEM-RJ). Desentendimentos políticos, desde o ano passado, travaram a entrega da proposta. Apesar do acerto, ainda há incertezas de como o texto do governo será incorporado às propostas de reforma que já estão em estudo tanto na Câmara como no Senado. Sem o

projeto do governo e com a pandemia da covid-19, a comissão mista das duas Casas não avançou.

Nas últimas semanas, Guedes voltou a falar em novo tributo sobre transações digitais, mas buscando dissociá-lo da polêmica CPMF, já rejeitada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Maia afirmou que o debate em conjunto é o melhor caminho para ter uma reforma aprovada ainda neste ano, pelo menos em uma das duas Casas. 'O importante é que a gente avance e dê melhores condições tributárias para aqueles que querem investir no País'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Com crise na Argentina, companhias migram parte da produção para o Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A crise na Argentina, que se estende desde 2018 e se acentuou com a pandemia, tem levado multinacionais, sobretudo da cadeia automotiva, a retirarem parte de seus negócios do país, concentrando-os no Brasil. Basf, Saint-Gobain Sekurit e Axalta já tomaram esse caminho, enquanto empresas menores de infraestrutura analisam a mudança.

A Basf informou que vai trazer a produção de tintas automotivas da Argentina a partir do segundo semestre de 2021. A companhia disse se tratar de uma alteração na estratégia do negócio, que busca simplificar a produção em nível regional. O diretor de tintas automotivas da empresa para a América do Sul, Marcos

Fernandes, destacou que o grupo não está deixando o **mercado** argentino, onde está há 70 anos.

A empresa tem 600 empregados no país vizinho, e o fim da produção das tintas afetará 10% do quadro. A unidade do grupo em São Bernardo do Campo (SP) deverá concentrar a produção.

A Saint-Gobain Sekurit afirmou que realizou a suspensão temporária da produção para o segmento de OEM (vidro automotivo), mantendo seus ativos industriais na Argentina, na expectativa de uma possível retomada do **mercado**. Essa medida, segundo a empresa, foi necessária para garantir a sustentabilidade da operação.

'A empresa permanece atuando no país, atendendo ao **mercado** de reposição. Além disso, parte dos volumes produzidos para o **mercado** OEM da Argentina foi transferida para o Brasil, temporariamente', informou a empresa.

Em nota, a Axalta disse que se viu forçada a fechar suas operações na Argentina por conta da situação econômica do país e do impacto da covid-19. 'Como parte da estratégia para atender a região, continuaremos a assistir nossos clientes (...) por meio de modelo de importação'.

Segundo o presidente da Câmara de Comércio Argentino Brasileira, Federico Serveido, entre as companhias interessadas no Brasil, estão empresas de médio porte que tinham, até o momento, pequena presença por aqui. 'As

transferências estão associadas à indústria automotiva, mas também estão tomando decisões parecidas empresas nas áreas de engenharia, de negócios associados à indústria de petróleo e de telecomunicações. Tem ainda companhias de tecnologia e agribusiness'.

Recessão

Além de sofrer os impactos da pandemia, a Argentina enfrenta uma crise anterior. O ex-presidente Mauricio Macri, que deixou a Casa Rosada em dezembro, entregou o país altamente endividado para o peronista Alberto Fernández, que, por sua vez, não esboçou nenhum plano econômico para tirar o país da recessão.

Para o economista Pablo Lavigne, da consultoria Abeceb, a transferência de empresas para o Brasil revela as perspectivas ruins da Argentina para o pós-pandemia. 'Há distorções que vão continuar depois do vírus.' Entre elas, está o controle do acesso ao câmbio, que impede as multinacionais de enviarem dividendos às sedes.

Tentando renegociar sua dívida externa e sem reservas internacionais para quitar os débitos, a Argentina restringiu o acesso das empresas e da população ao dólar. Há possibilidade de as restrições à moeda internacional diminuírem se o governo conseguir renegociar a dívida com credores, mas elas não deve desaparecer nos próximos quatro anos, diz Lavigne.

Para o economista Andrés Borenstein, da consultoria Econviews, outro fator determinante para a vinda das empresas ao Brasil é a crise no setor automotivo argentino, cuja produção caiu de 466 mil unidades em 2018 para 314 mil

em 2019. No auge, porém, em 2011, foram 828 mil carros. Essa deterioração também tem relação com a crise no Brasil, que compra 35% da produção argentina.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes entrega hoje ao Congresso proposta de reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, entrega ao Congresso Nacional na tarde de hoje (21) a proposta de reforma tributária. O texto será entregue aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, às 14h30, no Congresso Nacional.

No último dia 16, o ministro disse que será entregue hoje a primeira parte da proposta de reforma tributária. Em transmissão ao vivo promovida por uma corretora, ele informou que pretende ir à casa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), entregar uma versão fatiada do texto sem o imposto sobre pagamentos eletrônicos, que ficaria para uma segunda etapa.

Segundo Paulo Guedes, a primeira parte da proposta do governo sobre a reforma tratará apenas a unificação de impostos federais e estaduais num futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. O texto do governo será unificado às propostas da Câmara e do Senado que tramitam na comissão mista desde o início do ano.

O IVA dual prevê a unificação de diversos **tributos** em dois impostos: um federal e outro regional. Em tese, **tributos** como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) poderiam ser unificados, mas o ministro explicou que, no nível federal, o IVA fundirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

'Temos que começar pelo que nos une. Vamos começar com o IVA dual. Vamos acabar com o PIS e a Cofins. Isso já está na Casa Civil', disse o ministro. Ele não explicou o que será feito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados, e do Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sancionada lei que permite retorno de sorteios na TV



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que permite a recriação de sorteio de prêmios ao público em emissoras de televisão no país, que estavam proibidos desde o final dos anos 90. O texto, publicado nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União estabelece regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias. Também autoriza a distribuição de brindes por meio de concurso por organizações da sociedade civil da área de educação, saúde, cultura, assistência social, entre outros.

Pela nova legislação, fruto da edição da Medida Provisória Nº 923/2020 em março, que foi

aprovada pelo Congresso, a distribuição de prêmios poderá ocorrer não só via telefone, mas por outros meios eletrônicos, como sites e aplicativos. Os sorteios não poderão ser feitos por bingos ou por operações de jogos de azar. Também ficaram proibidas a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro. Os prêmios também não poderão ser distribuídos por organizações com interesse político-partidário ou eleitorais.

Vetos

Entre os vetos está a participação nos sorteios por telefone e a distribuição de prêmios gratuitos sem autorização do poder público. "Sem autorização, não é possível a adoção de práticas de proteção nem de mecanismos de controle de Estado que fiscalizem crimes como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal", informou o Palácio do Planalto.

Segundo o Ministério da **Economia**, neste período de crise econômica, a lei representa uma alternativa importante para as emissoras de televisão aberta, uma vez que torna o **mercado** mais competitivo com impactos para a **economia** e geração de emprego.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN pode perder R\$ 60 milhões em um ano com queda no preço do petróleo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

O Rio Grande do Norte pode perder até R\$ 60 milhões em um ano caso o preço do petróleo se mantenha no patamar próximo ao atual. O valor representa o que o Estado deixaria de arrecadar com os royalties da produção em seu território. Em 2019, a produção de petróleo rendeu aos cofres potiguares aproximadamente R\$ 180 milhões.

De acordo com o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, a estimativa leva em conta o preço do petróleo a 34 dólares o barril. Essa foi, até agora, a cotação mínima do produto esta semana, marcada pelo pânico

no **mercado** financeiro por causa da 'guerra' de preços entre a Arábia Saudita e a Rússia, os dois maiores produtores mundiais, e do avanço do coronavírus.

O pior dia da cotação foi a segunda-feira (9). O preço do barril tipo Brent (referência para o **mercado** global) chegou a cair 24%, para US\$ 34,36 o barril. Na terça-feira (10), o produto teve uma recuperação de 4%, mas volta a cair nesta quarta-feira (11). Por volta das 10h30, o barril custava US\$ 36,30, o que significa uma queda de 2,18% em relação à véspera.

Segundo Carlos Eduardo Xavier, a queda no preço do petróleo pode atingir não só a arrecadação do Estado com os royalties sobre a produção, mas também a arrecadação de ICMS sobre combustíveis, caso haja uma drástica redução no preço dos combustíveis. O secretário de Tributação afirma que os impactos negativos poderão ser percebidos 'no curto prazo'.

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em janeiro de 2020 - últimos dados disponíveis, o Rio Grande do Norte produziu uma média de 35 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a cerca de 1% da produção nacional. O Rio de Janeiro é o maior produtor, com média de 2,4 milhões de barris por dia.

A crise do petróleo começou no início da semana, quando a Arábia Saudita anunciou a redução dos seus preços e o aumento da produção interna, com impacto nos mercados pelo mundo. A medida do país do Oriente Médio

foi uma reação à negativa do governo russo de aderir a um esforço de redução da produção mundial diante da queda da demanda por causa do novo coronavírus.

Outros estados

Além do Rio Grande do Norte, os demais estados do País produtores de petróleo devem sentir os impactos da queda no preço do barril. O Rio de Janeiro, por ser o maior produtor, deve ser o mais prejudicado. Para 2020, o estado contava com R\$ 14,3 bilhões em royalties e participações especiais. A previsão trazia um cenário com o barril de petróleo custando US\$ 60 e o dólar a R\$ 3,72.

Um levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), contudo, calcula que os cofres fluminenses podem perder R\$ 2,3 bilhões caso o preço do barril se mantenha na casa dos US\$ 35 o barril e o dólar, a R\$ 4,75.

O secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, disse ao jornal Valor Econômico que a desvalorização do real pode atenuar as perdas, mas que as oscilações não se anulam. 'Vamos esperar o **mercado** acalmar para estimar os efeitos', afirmou. Agora RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sancionada lei que permite retorno de sorteios na TV



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que permite a recriação de sorteio de prêmios ao público em emissoras de televisão no país, que estavam proibidos desde o final dos anos 90. O texto, publicado nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União estabelece regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias. Também autoriza a distribuição de brindes por meio de concurso por organizações da sociedade civil da área de educação, saúde, cultura, assistência social, entre outros.

Pela nova legislação, fruto da edição da Medida Provisória Nº 923/2020 em março, que foi aprovada pelo Congresso, a distribuição de prêmios poderá ocorrer não só via telefone, mas por outros meios eletrônicos, como sites e aplicativos. Os sorteios não poderão ser feitos por bingos ou por operações de jogos de azar. Também ficaram proibidas a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro. Os prêmios também não poderão ser distribuídos por organizações com interesse político-partidário ou eleitorais.

Vetos

Entre os vetos está a participação nos sorteios por telefone e a distribuição de prêmios gratuitos sem autorização do poder público. "Sem autorização, não é possível a adoção de práticas de proteção nem de mecanismos de controle de Estado que fiscalizem crimes como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal", informou o Palácio do Planalto.

Segundo o Ministério da **Economia**, neste período de crise econômica, a lei representa uma alternativa importante para as emissoras de televisão aberta, uma vez que torna o **mercado** mais competitivo com impactos para a **economia** e geração de emprego.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo muda formas de contrato de trabalho por conta da Covid-19



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

A mudança na rotina dos trabalhadores brasileiro com a prática do home office e as adaptações na **economia** forçaram o Governo Federal a prorrogar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com valor que vai até R\$ 1.813,03, em mais duas parcelas. A ideia é auxiliar o setor empresarial na continuidade das atividades durante a pandemia do novo coronavírus. O benefício foi prorrogado por mais dois meses, para os acordos entre empresário e empregado com a suspensão do contrato de trabalho; e com a extensão de mais um mês para os modelos em que tenha sido feita a redução proporcional da

jornada de trabalho.

De acordo com a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, o decreto visa preservar o emprego e a renda; garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública. Isso pode auxiliar os empresários que enfrentam dificuldades financeiras e que correm o risco de demissões em maior volume.

Para a contadora Sunny Maia, diretora da Fortes Tecnologia - unidade Natal, o decreto flexibiliza os formatos de contratos trabalhistas em vigência, garantindo o cumprimento dos vencimentos reduzidos ou suspensos. A redução da jornada e do **salário** do empregado pode atingir 25%, 50% ou 70%. Porém, os novos acordos não podem ter o caráter retroativo.

'A prorrogação desse Decreto, ampliando o prazo máximo para o acordo de redução proporcional da jornada de trabalho e de **salário** e da suspensão temporária para 120 dias, faz com que empresários e empregados possam definir o melhor formato de parceria. Com esse acordo, as parcelas serão pagas, em valor proporcional à sua redução, sem apresentar vencimentos retroativos, em parte pelo empregador e em outra pelo Governo, por meio do Ministério da **Economia**', conta Sunny.

Outra mudança trabalhista provocada pela Covid-19 foi sobre a recontração, publicada na Portaria Nº 16.655, que especifica os casos de rescisão sem justa causa e depois o

recontratação em menos de 90 dias depois. Sunny Maia explica que esse processo, antes caracterizado como uma fraude econômica e trabalhista, como descrito no art. 2º da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 384/92, agora está garantido em medida jurídica, desde que mantidos os mesmos termos do contrato rescindido.

'Antes da pandemia, essa medida era vista como fraudulenta, pois abria uma brecha para o empregado sacar o saldo do FGTS e do seguro-desemprego. Agora, a medida garante essa reconstrução no prazo anterior aos 90 dias, em razão do período de calamidade pública decretado pelo Governo Federal. É preciso também atentar-se para os acordos coletivos, como do sindicatos, para que não sejam descumpridos outros itens já definidos', ressaltou.

O post Governo muda formas de contrato de trabalho por conta da Covid-19 apareceu primeiro em Blog do Robson Pires.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo permite uso de imóvel financiado como garantia de novo crédito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo estabeleceu as regras para que um imóvel financiado possa ser usado como garantia em novas operações de crédito. A medida, detalhada na manhã desta terça-feira (21), é mais uma das ações para aumentar o acesso dos brasileiros ao crédito durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

De acordo com o Banco Central (BC), quem possui um financiamento imobiliário poderá ir ao banco e solicitar novo crédito, sendo que o imóvel também servirá de garantia para a operação. O novo crédito terá como montante máximo os valores já quitados do financiamento imobiliário. Já as condições oferecidas terão que ser iguais às do primeiro contrato ou melhores.

Assim, o prazo do novo crédito não pode exceder o tempo que resta da primeira operação. O juro também tem como limite a taxa cobrada no financiamento original.

Na prática, em um financiamento imobiliário de R\$ 200 mil, com **juros** de 8% ao ano, se foram quitados R\$ 20 mil da dívida até o momento, este será o montante disponível para novo crédito. O prazo será o tempo restante do financiamento imobiliário e os **juros** serão iguais ou menores que 8% ao ano.

Segundo o BC, o crédito com garantia de imóvel financiado tem potencial de injetar R\$ 60 bilhões no sistema. A cifra leva em conta o espaço atual de todos os mutuários no Brasil dentro de seus financiamentos.

A nova modalidade foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, pelo secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, e pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto.

O chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do BC, João André Calvino Pereira, explicou que, neste primeiro momento, as novas operações ocorrerão apenas no mesmo banco que já detém o financiamento imobiliário. Não será possível acessar outras instituições.

'Este novo empréstimo vai estar dentro da mesma estrutura de financiamento em vigor', pontuou. 'Tem que passar pelo cartório, mas já

está dentro da estrutura definida. Haverá alteração (de documentação no cartório), mas é mais simples', acrescentou, em relação ao processo burocrático envolvido.

Pereira explicou ainda que, em caso de inadimplência, a nova operação seguirá os trâmites do crédito imobiliário original. 'A instituição credora pode decidir executar essa garantia (imóvel)', afirmou. No limite, o imóvel pode ser levado a leilão para quitação das dívidas, como ocorre no financiamento imobiliário.

Conforme o BC, também não há limitações para que pessoas que atualmente estão inadimplentes no financiamento imobiliário possam acessar o crédito novo com garantia do imóvel. Esta decisão caberá ao banco. 'Se o banco avaliar que, com o novo empréstimo, a pessoa tem condições de vencer este momento, não há problema nenhum', disse Pereira.

O diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza, lembrou que, no início da pandemia do novo coronavírus, foram tomadas medidas para que os mutuários da casa própria pudessem prorrogar o pagamento de parcelas do financiamento imobiliário, justamente para evitar a inadimplência neste momento de maior dificuldade. 'Grande parte das pessoas pediu a prorrogação de empréstimos imobiliários', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Empresas investem mais de U\$S 580 milhões no onshore potiguar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

Com a sinalização da Petrobras de atuar exclusivamente na exploração de óleo e gás natural do segmento offshore em águas ultraprofundas, as atividades de produção terrestre e nos acumulados marginais se abriram para as operadoras independentes e companhias de médio e pequeno portes. A abertura proporcionou a retomada dos investimentos no onshore brasileiro, reaquecendo o setor nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Amazonas, Espírito Santo, Sergipe e Alagoas, que concentram as maiores produções do país.

Esse movimento tem gerado novas

oportunidades para pequenas empresas envolvidas na cadeia produtiva que dá suporte à operação mesmo diante do cenário de pandemia da Covid-19. Somente no Rio Grande do Norte, os investimentos realizados já ultrapassam meio bilhão de dólares e trazem perspectivas otimistas, não somente de retomada dos níveis de produção, mas também de reaquecimento da atividade e da **economia** das regiões produtoras, castigadas pelos desinvestimentos da estatal do petróleo.

Atualmente, pelo menos dez operadoras independentes estão explorando esse **mercado** em solo potiguar. A maior delas é a Potiguar E&P, ligada ao grupo Petro Recôncavo, que aplicou US\$ 384 milhões somente para arrematar os campos do polo Riacho da Forquilha. O início das atividades no estado, em dezembro do ano passado, rendeu um incremento de produção da ordem de aproximadamente 22% para o grupo. A produção subiu de 3,7 mil barris por dia, à época, para 4,5 mil barris por dia atualmente.

Conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Rio Grande do Norte teve um decréscimo de produção de óleo de 12,6% e de gás de 27,5% nos últimos anos. 'Ainda não conseguimos reverter essa queda da produção de petróleo, mas os dados da Potiguar E&P são alvissareiros porque mostram que, obviamente com todas as operadoras operando os campos, há uma tendência de aumento de produção e uma diminuição dessa queda. Isso é muito favorável', avalia o presidente da RedePetro RN, Gutemberg Dias.

A rede reúne empresas que prestam serviços à toda a cadeia, e, segundo Gutemberg, a

pandemia impactou todos os serviços de produção, assim como toda a **economia**. No entanto, as empresas foram gradativamente se adaptando e adotando medidas para dar continuidade às operações. 'Hoje, a gente vê claramente todas empresas da RedePetro-RN operando, com regras de segurança no campo', observa.

Para Gutemberg Dias, esses investimentos repercutem em um aquecimento e fomentam esse momento de transição. 'Acredito que 2020 pode ser um ano de grandes resultados no setor de petróleo terrestre no Rio Grande do Norte, levando consideração tanto a produção de óleo quanto a questão da produção de gás', prevê.

A cadeia produtiva do petróleo e gás potiguar representa, atualmente, 45% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do Estado, de acordo com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern). Somente nos últimos quatro meses, foi responsável por um repasse de R\$ 36,8 milhões para o estado sob a forma de royalties, sem contar com os repasses para os municípios produtores.

'A retomada das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte, um dos maiores produtores em terra, é fundamental para **economia** do estado. Principalmente para a inserção de pequenos negócios nessa cadeia justamente neste momento tão complicado que estamos passando. A indústria petrolífera em campos terrestres é uma das principais vocações do RN. Por isso, o Sebrae tem assumido esse papel de protagonista, tanto na articulação com os principais atores desse segmento, quanto no suporte e apoio a essas pequenas empresas, que pretendem aproveitar as oportunidades geradas com o reaquecimento do setor', destaca o diretor superintendente do Sebrae-

RN, José Ferreira de Melo Neto.

Investimentos à vista

A 3R Petroleum, que adquiriu os ativos do polo Macau, anunciou que planeja investir ao longo do ciclo de vida do conjunto de campos cerca de US\$ 200 milhões, com uma janela de cinco anos para começar investimentos mais substanciais nessa área. Neste mês, também foram concluídos os repasses de campos na bacia Potiguar para outras companhias independentes: a Central Resources, que comprou os campos de Redonda e Ponta do Mel com transações envolvendo US\$ 7,2 milhões, e a Ouro Preto Petróleo e Gás, que adquiriu a totalidade das participações nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, situados em águas rasas, por US\$ 1,5 milhão. Outras operadoras também integram esse rol de companhias que apostam na atividade no estado. É o caso da Phoenix, Imetame, Geopark, Sonangol, Partex e Ubuntu.

Toda essa série de investimentos indica o potencial existente nesse **mercado**, que foi deixado de lado pela Petrobras, ao implementar o plano de ação de desinvestimentos, conhecido como Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate 2020), e que abre um leque de possibilidades de novos negócios no Rio Grande do Norte e nos demais estados que têm atividades onshore.

O fortalecimento desse setor é importante porque exige uma série de demandas de serviços e de suprimentos, que são atendidas por pequenos negócios envolvidas na cadeia. Daí os investimentos feitos pelo Sebrae no Rio Grande do Norte para preparar essas pequenas empresas no contexto desse novo cenário, assim como promover discussões e

aproximação entre os elos da cadeia. Nos últimos três anos, a instituição investiu cerca de R\$ 1,1 milhão para capacitar empreendedores do segmento e também na promoção de eventos para ampliar o **mercado** para essas empresas junto aos principais players do setor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mossoró conta com 55 vagas de emprego disponíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

Nesta terça-feira (21), o Painel de Empregos mantido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de Mossoró, conta com 55 vagas disponíveis para profissionais de diferentes áreas. A ferramenta presente no site da Prefeitura de Mossoró tem como objetivo divulgar as vagas disponíveis no **mercado** de trabalho mossoroense.

Entre as oportunidades de emprego estão vagas para: Pedreiro, Técnico de Segurança do Trabalho, Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Auxiliar Operacional I, Auxiliar Operacional II, Supervisor, Mecânico de Moto,

Pizzaiolo, Auxiliar Mecânico, Mecânico, Eletricista/Mecânico, Borracheiro, Técnico Civil, Técnico de Saneamento, Analista de Custos, Permissoria, Regularizador de Área, Técnico de Operações(RN e CE), Assistente/Planejador de Operações(CE), Auxiliar de Operações(RN e CE), Supervisor de Operações(RN e CE), Técnico de Projetos e Comissionamento.

O Secretário do Desenvolvimento Econômico, Lahyre Neto, explica que além do atendimento presencial das 7h30 e das 13h30, o cadastro e encaminhamento para vagas de emprego está sendo realizado pelo Setor de Empregabilidade, por meio da internet pelo e-mail sedat@prefeiturademossoro.com.br, e através dos telefones 3315-4812, 3315-4816 e 3315-4810.

'A secretaria vem buscando formas de auxiliar na retomada da nossa **economia**. Além das parcerias e do planejamento de ações que envolvem outros atores, o setor de empregabilidade segue buscando mais vagas de emprego para o mossoroense. É importante lembrar que realizamos o atendimento presencial ao público seguindo todas as regras de distanciamento e demais orientações das autoridades de saúde, sendo disponibilizado álcool em gel no local, e exigido o uso de máscaras de proteção. Quem não tiver máscara, também disponibilizamos no local. A Secretaria continua funcionando com o intuito de incentivar a atividade econômica na cidade', destaca.

Os interessados deverão acessar o Painel de Emprego, para verificar as vagas disponíveis, e a partir da disponibilidade da vaga para o perfil exigido é que o candidato deve se apresentar na secretaria, na Rua Rui Barbosa, 282, Alto da

Conceição. Mais informações podem ser obtidas através do telefone (84) 3315-5223.

Para conferir o Painel de Emprego, basta clicar aqui.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro sanciona com vetos lei que autoriza sorteios em TV aberta e rádio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta terça-feira (21), com vetos, a lei que autoriza a distribuição, por emissoras de TV aberta e rádio, de prêmios ao público por meio de sorteio, vale-brinde ou concurso.

As regras principais estavam em vigor desde março, quando o governo enviou uma medida provisória sobre o tema ao Congresso Nacional. Como Câmara e Senado fizeram mudanças no texto, a pauta voltou à mesa de Bolsonaro para a análise da versão final.

As medidas provisórias enviadas ao Congresso têm validade imediata, mas precisam ser aprovadas em até 120 dias para que as regras não sejam canceladas. Com a sanção, o texto

passa a vigorar em definitivo.

'Tendo em vista o período de crise econômica prolongada, o projeto representa uma alternativa importante para o **mercado** atual de redes brasileiras de televisão aberta, uma vez que possibilitará torná-lo mais competitivo no ramo, acarretando em impactos positivos na **economia** e na geração de empregos', afirmou o governo em nota divulgada na noite de segunda (20).

Vetos às mudanças

Segundo a Secretaria de Governo, três dessas mudanças feitas pelo Congresso foram vetadas para atender 'ao interesse público e à constitucionalidade'.

O governo retirou uma mudança que ampliaria a participação do interessado por meio telefônico 'já que, muitas vezes, o participante seria cobrado pela ligação sem nem ao menos saber;

Também vetou a distribuição gratuita de prêmios sem autorização do poder público. Isso evitaria, diz o governo, a proteção contra crimes como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal;

O Planalto também decidiu vetar a atualização monetária do pagamento do preço público a partir da aprovação do acordo pelo Congresso Nacional, caso não houvesse regra expressa no edital de licitação. O governo apontou impacto orçamentário sem indicação de fonte nesse trecho.

O que diz a lei

Quando enviou a MP ao Congresso, o governo disse que a iniciativa visava a apoiar o

investimento em tecnologia de radiodifusão; alavancar a audiência das emissoras; e estimular o interesse de telespectadores, a contratação de anúncios publicitários e a produção de programas de cultura, entretenimento, informação e educação.

'O **mercado** atual de redes brasileiras de televisão aberta vem atravessando um período de crise econômica prolongada [?]. A exploração de promoções comerciais pelas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, desde que adequadamente delimitada e regulamentada, pode ter impactos positivos na **economia** e na geração de empregos', afirmou o governo.

A lei exige autorização prévia do Ministério da **Economia** para a distribuição gratuita dos prêmios acima de R\$ 10 mil. Além disso, a participação em sorteios, concursos e vale-brindes está limitada a um CPF e a pessoas com mais de 18 anos.

Pelo texto, a participação do interessado será precedida de cadastro, por meio de aplicativo, programa de computador ou por telefone. A empresa autorizada a realizar o sorteio deverá assegurar o sigilo das informações cadastradas.

O texto proíbe:

operações que configurem jogo de azar ou bingo;

distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro.

No caso de descumprimento das regras, o texto prevê:

cassação da autorização;

proibição de realizar sorteios durante o prazo de até 3 anos;

multa de até 100% da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios.

Para realizar sorteio, a organização da sociedade civil deve apresentar, entre os objetivos sociais, pelo menos uma das finalidades: de promoção da assistência social, educação, saúde, entre outros.

O texto proíbe essas organizações de distribuírem prêmios para campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, bem como a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes entrega projeto da reforma tributária ao Congresso com fusão de PIS/Cofins



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, entregou nesta terça-feira (21) ao Congresso Nacional uma proposta do governo federal com parte da reforma tributária estudada pela área econômica. O projeto foi entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM).

Guedes não passou por jornalistas nem deu declarações ao chegar. Depois do evento, o secretário especial de Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e a assessora especial do Ministério da **Economia** Vanessa Canado concederão entrevista coletiva para detalhar o novo modelo de tributação sobre bens e serviços apresentado pelo Executivo.

Segundo anunciado pelo ministério, essa primeira proposta trata apenas da unificação de PIS e Cofins, os dois **tributos** federais sobre o consumo. Temas mais complexos, como a inclusão de **tributos** estaduais nesse imposto único, mudanças no Imposto de Renda e alteração da carga tributária devem ficar para uma segunda fase, ainda sem data para ser protocolada.

Essa primeira fase da reforma tributária da equipe do ministro Paulo Guedes também deve incluir a oneração de todos os produtos da cesta básica. A ideia é que o aumento de arrecadação com o fim da isenção do PIS/Cofins da cesta básica seja irrigado para o Renda Brasil, o programa social do governo Bolsonaro que vai substituir o Bolsa Família e será lançado em agosto.

Os beneficiários do programa vão receber na forma de devolução a parcela dos **tributos** que pagarão a mais com o fim da isenção da cesta básica. A Zona Franca deve manter os incentivos e nada muda para as empresas do Simples.

Mudanças nas regras tributárias já são tema de propostas em análise no Senado e na Câmara, em textos assinados por parlamentares. Deputados e senadores cobram maior participação do Executivo na discussão do assunto.

No início deste ano, os congressistas criaram uma comissão mista para a análise conjunta de propostas de reforma tributária que estão em

andamento no Legislativo.

Porém, em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus, os trabalhos foram interrompidos e as discussões, suspensas. A análise só foi retomada na última semana, após decisão de Rodrigo Maia.

O presidente da Câmara alegou que o tema é urgente e que, embora a participação do Senado fosse importante, os deputados deveriam fazer a reforma avançar.

A medida gerou reação no Senado, e Alcolumbre chegou a dizer que não colocaria uma eventual proposta aprovada pelos deputados em votação. O senador também disse que, para que um tema como a reforma tributária prospere, é necessária a participação da equipe econômica do governo.

As propostas em análise no Congresso não tratam da diminuição da carga de impostos. Os projetos têm o objetivo de simplificar a cobrança de **tributos**, atualmente considerada um entrave ao desenvolvimento econômico do país.

Tanto Alcolumbre quanto Rodrigo Maia já deram manifestações contrárias à criação de novos impostos, hipótese que é vista com bons olhos por Paulo Guedes. O ministro tem feito referência à criação de um imposto sobre transações e comércio em meio eletrônico - proposta que vem sendo comparada à CPMF, antigo imposto do cheque.

A intenção do Executivo é unificar os dois **tributos** federais sobre o consumo, PIS e Cofins. Eles darão origem à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), um imposto do tipo

"valor agregado" (IVA).

A alíquota do IVA federal deve ficar entre 11% e 12%, segundo as simulações do Ministério da **Economia**. Essa unificação não requer mudanças na Constituição Federal e, por isso, tem uma tramitação mais fácil no Congresso.

Para não esbarrar na Constituição Federal, o IVA a ser proposto terá de ficar restrito à arrecadação federal, sem mexer no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e no Imposto sobre Serviços (ISS, municipal).

Mudança proposta no PIS/Cofins

Como é a cobrança hoje?

As empresas que acertam as contas com a Receita Federal pelo regime do Lucro Presumido pagam o PIS/Cofins de maneira cumulativa (a cada etapa da produção) a uma alíquota de 3,65% (3% de Cofins e 0,65% de PIS) que não gera crédito tributário;

As empresas que acertam as contas pelo regime do Lucro Real pagam o PIS/Cofins de maneira não cumulativa a uma alíquota de 9,25% (7,6% de Cofins e 1,65% de PIS). Neste caso, as compras de alguns insumos dão às empresas direito a créditos tributários;

Há ainda alguns setores que possuem uma tributação diferenciada, como medicamentos, agronegócio, e produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

Como ficará?

O governo quer que todas as empresas

passem a pagar o PIS/Cofins de maneira não cumulativa, com alíquota de 12%, mas também passem a ter direito a créditos tributários sobre as compra de todos os insumos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes: é a política que dita o ritmo das reformas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após um longo período de espera até que o governo enviasse sua proposta de reforma tributária, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira, 21, que "é a política que dita o ritmo das reformas". Em pronunciamento à imprensa após a entrega do texto aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ele disse confiar no "espírito construtivo" dos parlamentares e defendeu a estratégia do governo de enviar um projeto unificando apenas **tributos** federais.

"Confiamos no Congresso reformista. Confiamos em espírito construtivo", afirmou Guedes, dizendo ter sempre havido "boa vontade" do Parlamento com as propostas do

governo.

Segundo o ministro, cabe ao Congresso Nacional dizer se vai legislar para todos - União, Estados e municípios - ou não. "Não posso invadir território de prefeitos e governadores falando de ISS e ICMS", disse.

A proposta do governo prevê a unificação dos **tributos** PIS e Cofins na chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A alíquota única será de 12% sobre o valor da receita bruta auferida em cada operação, descontados os valores do ICMS e do ISS destacados no documento fiscal e os descontos incondicionais indicados no documento fiscal.

Guedes disse ainda que o governo vai enviar outras propostas de reforma para tratar do Imposto de Renda, tributação sobre dividendos e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Paulo Guedes entrega proposta de reforma tributária ao Congresso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, entregou, na tarde de hoje (21), a proposta de reforma tributária do governo. Guedes esteve no Congresso em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Agora, a proposta trazida por Guedes será incorporada às propostas de reforma tributária da Câmara e do Senado, ambas já em discussão no Congresso, em comissão especial mista.

'Hoje o governo federal entrega parte para ser acoplada aos debates e aos temas construídos na comissão, para que a gente saia com uma proposta uníssona de reforma tributária', disse Alcolumbre. Ele também mostrou-se otimista em

relação ao aumento de investimentos no país devido à reforma.

Créditos: Michel Jesus/Câmara dos Deputados
 Proposta será incorporada àquelas em discussão em comissão mista

saiba mais

Rodrigo Maia: Guedes trouxe proposta importante e convergente com textos em tramitação

Davi Alcolumbre: proposta do governo será aperfeiçoada no Congresso

'Damos mais um passo significativo no rumo da sonhada reforma tributária brasileira. Um emaranhado de legislações, portarias e resoluções complicam a vida dos investidores, atrapalham o ambiente brasileiro e, com ela [reforma], teremos a oportunidade de construirmos esse novo ambiente propício para o desenvolvimento'.

Propostas do Congresso

A PEC 45/2019 é de autoria da Câmara e a PEC 110/2019 do Senado. Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, as propostas são semelhantes nos seus objetivos, mas diferentes no conteúdo - abrangência, prazos de transição e grau de autonomia de União, estados e municípios de fixarem alíquotas de impostos, taxas e contribuição. Ainda não há uma data para a retomada das reuniões da comissão.

Para Maia, a simplificação tributária poderá gerar empregos e ampliar a renda da população. 'Independente do que vai ser aprovado, o importante é que, em conjunto com o Poder Executivo, a gente possa avançar numa reforma tributária que, de fato, dê segurança jurídica para o setor produtivo investir no Brasil, gerar emprego e renda'.

Segundo Guedes, a proposta do governo é complementar às propostas da Câmara e do Senado, ambas já em discussão no Congresso. Dessa forma, o governo apenas abordou uma simplificação de **tributos** federais. 'Trazemos o IVA, o Imposto sobre Valor Adicionado dual, [?] mas nunca porque quisemos ter só o imposto federal, mas para complementar a reforma da Câmara, que já era a do IVA a nível de estados e municípios', disse o ministro.

'Em sinal de respeito, nós oferecemos uma proposta técnica do IVA, mas com apoio total ao que está estipulado na PEC 45, que busca o acoplamento desses impostos', acrescentou Guedes. Ele esclareceu que o governo ainda mandará propostas em relação a outros **tributos**. Essas propostas, sobre imposto de renda, dividendos e IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados], poderão ser acrescentadas aos textos já em discussão no Congresso.

O IVA dual, citado por Guedes, prevê a unificação de diversos **tributos** em dois impostos: um federal e outro regional. Em tese, **tributos** como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) poderiam ser unificados, mas o ministro explicou que, no nível federal, o IVA fundirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre

o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Enquanto 9 milhões têm salário cortado, deputados e senadores recebem antecipação de metade do 13º



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Enquanto 9,3 milhões de trabalhadores da iniciativa privada tiveram salários suspensos ou reduzidos em até 75%, os deputados e senadores não têm do que reclamar. A divulgação da folha de pagamento de junho

mostra que cada um deles recebeu R\$ 50 mil bruto. Trata-se da soma da remuneração mensal mais a antecipação de metade da gratificação natalina, prática exercida pelo Congresso todos os anos. Nenhum benefício dos parlamentares sofreu alteração durante a pandemia.

Entre as mordomias mantidas estão a verba mensal de gabinete, de R\$ 111 mil, e o cotão, que vai de R\$ 30,7 mil a R\$ 45,6 mil, para gastos com alimentação, transporte etc.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a se dizer aberto a um diálogo sobre redução de salários e verbas do funcionalismo que atingisse os três Poderes, mas acabou recuando após Paulo Guedes (**Economia**) se manifestar contrário ao corte nos vencimentos dos servidores públicos.

No mês passado, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Executivo não pode reduzir o repasse de verbas aos poderes Legislativo e Judiciário em tempos de crise financeira.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) começou há duas semanas a recolher assinaturas para a PEC que altera a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Como mostrou o Painel, o texto dá mais uma cadeira para indicação do Legislativo e coloca pressão no órgão para punir Deltan Dallagnol. A proposta tem 41 assinaturas até agora e precisa de 171.

Orlando Silva (PC do B-SP) se irritou com o levantamento do Ranking dos Políticos, que apontou que os parlamentares da sua legenda

foram os que mais usaram, proporcionalmente, a cota de gastos e o Novo, o que menos usou. 'Essa bancada, criticada, teve 6 dos 9 entre as cabeças do Congresso. E o Novo? Quantos? Nós trabalhamos muito!', disse.

R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes entrega proposta de reforma tributária ao Congresso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, entregou, nesta terça-feira (21), a proposta de reforma tributária do Governo Federal. Guedes esteve no Congresso em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Agora, a proposta trazida por Guedes será incorporada às propostas de reforma tributária da Câmara e do Senado, ambas já em discussão no Congresso, em comissão especial mista.

'Hoje o governo federal entrega parte para ser acoplada aos debates e aos temas construídos

na comissão, para que a gente saia com uma proposta uníssona de reforma tributária. Damos mais um passo significativo no rumo da sonhada reforma tributária brasileira. Um emaranhado de legislações, portarias e resoluções complicam a vida dos investidores, atrapalham o ambiente brasileiro e, com ela [reforma], teremos a oportunidade de construirmos esse novo ambiente propício para o desenvolvimento', disse Alcolumbre.

Propostas do Congresso

A PEC 45/2019 é de autoria da Câmara e a PEC 110/2019 do Senado. Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, as propostas são semelhantes nos seus objetivos, mas diferentes no conteúdo - abrangência, prazos de transição e grau de autonomia de União, estados e municípios de fixarem alíquotas de impostos, taxas e contribuição. Ainda não há uma data para a retomada das reuniões da comissão.

Para Maia, a simplificação tributária poderá gerar empregos e ampliar a renda da população. 'Independente do que vai ser aprovado, o importante é que, em conjunto com o Poder Executivo, a gente possa avançar numa reforma tributária que, de fato, dê segurança jurídica para o setor produtivo investir no Brasil, gerar emprego e renda'.

Segundo Guedes, a proposta do governo é complementar às propostas da Câmara e do Senado, ambas já em discussão no Congresso. Dessa forma, o governo apenas abordou uma simplificação de **tributos** federais. 'Trazemos o IVA, o Imposto sobre Valor Adicionado dual, [?] mas nunca porque quisemos ter só o imposto federal, mas para complementar a reforma da

Câmara, que já era a do IVA a nível de estados e municípios', disse o ministro.

'Em sinal de respeito, nós oferecemos uma proposta técnica do IVA, mas com apoio total ao que está estipulado na PEC 45, que busca o acoplamento desses impostos', acrescentou Guedes. Ele esclareceu que o governo ainda mandará propostas em relação a outros **tributos**. Essas propostas, sobre imposto de renda, dividendos e IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados], poderão ser acrescentadas aos textos já em discussão no Congresso.

O IVA dual, citado por Guedes, prevê a unificação de diversos **tributos** em dois impostos: um federal e outro regional. Em tese, **tributos** como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) poderiam ser unificados, mas o ministro explicou que, no nível federal, o IVA fundirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Zenaide apresenta Projeto de Lei para incentivar financiamento colaborativo e ajudar micro e pequenas empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

A senadora Zenaide Maia apresentou no Senado o Projeto de Lei 3883/2020 para o incremento de Plataformas de Financiamento Colaborativo, que deverá beneficiar micro e pequenos empresários, sendo uma solução inovadora no setor financeiro para enfrentar a concentração setorial e tornar mais acessível o crédito para a **economia**.

A parlamentar acredita que estamos em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico e é preciso alternativas para incentivar financeiramente novos projetos. Para isso, Zenaide Maia buscou apoio na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a

Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, criou o Conselho Monetário Nacional e deu outras providências, para dispor acerca do financiamento colaborativo.

O financiamento colaborativo é quando várias pessoas se identificam com o seu projeto e resolvem contribuir financeiramente para que ele saia do papel. Baseado na **economia** colaborativa tem como fundamento a premissa de que juntos todos podem conquistar seus objetivos. Ele corresponde ao tipo de financiamento de entidades, ou das suas atividades e projetos, mediante registro em plataformas digitais ou eletrônicas acessíveis na internet, a partir das quais procedem à angariação de parcelas de investimento provenientes de um ou vários investidores individuais, permitindo inclusive empréstimos. O financiamento servirá também para disponibilizar crédito para as startups, já que são prejudicadas pelo spread bancário brasileiro (diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro).

'Temos o dever enquanto parlamentares de buscar alternativas de ampliar mecanismos de regulação para financiamento de negócios inovadores. Estamos vendo muitos novos empreendedores sem experiência de crédito, sendo impedidos de conseguir investimentos em seus projetos devido às políticas de crédito tradicionais. O financiamento colaborativo é uma forma de ajudar os micro e pequenos empresários e assim fazer a **economia** crescer e se desenvolver', garante Zenaide Maia.

A preposição da senadora Zenaide Maia ainda não tem data marcada para votação. A

parlamentar também é autora da PEC 79/2019 que limita a taxa de **juros** cobrada pelas instituições financeiras a três vezes o valor da taxa básica de **juros** estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar cai para R\$ 5,212 com ânimo no exterior e reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O dólar comercial caiu 2,44%, a R\$ 5,212 na venda. Essa é a maior desvalorização percentual diária desde 8 de junho (-2,66%) e o menor valor de fechamento desde 23 de junho (R\$ 5,153). A divisa operou em baixa durante toda a sessão. Na mínima do dia, por volta das 16h, chegou a ser vendida a R\$ 5,166.

A terça-feira foi marcada pela queda generalizada do dólar, com a moeda norte-americana caindo ante todos os seus principais pares, inclusive moedas de países emergentes.

O real sobe 2,47% em julho, mas ainda cai 23% no ano, o que faz da divisa brasileira a de pior desempenho entre os principais rivais do dólar.

As negociações foram marcadas pelo ânimo no **mercado** internacional e pelo avanço da reforma tributária no Brasil. No exterior, líderes da União Europeia chegaram a um acordo histórico sobre um plano de estímulo para suas economias afetadas pelo novo coronavírus. Os países do bloco aprovaram um fundo de recuperação de 750 bilhões de euros.

No Brasil, o governo enviou ao Congresso aguardada proposta de reforma tributária, que contempla a união do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) num único imposto sobre valor agregado, a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

Bolsa

O Ibovespa, principal índice da B3 (a bolsa de valores brasileira), fechou com leve queda de 0,11%, aos 104.310 pontos. O indicador iniciou o dia em alta e chegou a superar os 105 mil pontos durante a manhã, mas reverteu o movimento com a realização de lucros dos investidores, que venderam ações para embolsarem os ganhos dos últimos dias.

O Ibovespa foi influenciado pelas bolsas norte-americanas, que perderam o fôlego durante a tarde. O índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, fechou esta terça-feira com leve alta de 0,6%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Canado: O governo não recuou, mas sim adiou a reoneração da cesta básica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A assessora especial do ministro da **Economia**, Vanessa Canado, alegou nesta terça-feira, 21, que a revisão dos benefícios fiscais será feita conforme a reforma tributária do governo avance sobre cada um dos **tributos**.

"O governo não recuou, mas sim adiou a reoneração da cesta básica para o momento que o novo programa de renda for apresentado, garantindo a devolução dos créditos para as pessoas mais pobres", repetiu.

Ela reafirmou ainda que a proposta de criação Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) acaba com mais de 100 tratamentos diferenciados no PIS e na Cofins.

"Extinguimos regimes diferenciados, e faremos o mesmo no Imposto de Renda e no IPI", afirmou.

O secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto, considerou que a primeira fase da reforma apresentada hoje pelo governo atendeu a diretriz de revisão de benefícios tributários. "A revisão de benefícios também será observada nas demais fases da reforma", completou.

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, levou hoje pessoalmente ao Congresso Nacional a primeira fase da proposta de reforma tributária do governo, com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. O novo tributo substituirá o PIS e a Cofins.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sicoob Potiguar distribuirá R\$ 611 mil de sobras entre os associados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após um 2019 de amplo crescimento, o representante potiguar do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) realizará uma assembleia virtual nesta quinta-feira, 23, com última chamada às 14h, para demonstração das contas e distribuição das sobras. Os associados poderão participar através do aplicativo Moob, desenvolvido pelo Sicoob para facilitar o contato entre o cooperado e sua cooperativa.

No ano passado, as sobras do Sicoob Potiguar atingiram a expressiva marca de R\$ 611 mil. Os recursos serão rateados entre os associados que utilizaram o cartão de crédito, pagaram **juros** em operações de crédito, tiveram recursos aplicados na Cooperativa ou saldo

médio em conta corrente. A divisão é proporcional ao investimento de cada associado.

'Tudo o que a gente faz é norteado com os princípios do cooperativismo. Os sócios participam, a gestão é democrática. A gente mostra de forma transparente tudo que pagou, recebeu... e os sócios participam do rateio proporcional à sua movimentação financeira, coisa que o banco tradicional não faz', explicou Anacelly de Paula, gerente de Negócios do Sicoob Potiguar.

Por conta de ações como a distribuição das sobras, preços mais competitivos e carga de **juros** mais baixa que os bancos tradicionais, as cooperativas vêm se destacando ao longo dos últimos anos no Brasil. Os serviços oferecidos são muito parecidos com os dos bancos tradicionais. Entretanto, nas cooperativas de crédito, os clientes participam como donos do negócio, e por isso, os resultados financeiros são divididos entre eles.

Além da apresentação de contas e proposta de rateio na assembleia, também haverá a discussão de reformas no Estatuto e eleição para o Conselho de Administração. 'Quem é sócio pode entrar na assembleia e votar. Cada CNPJ ou CPF tem direito a um voto', disse Anacelly de Paula.

Carteira de consignados

Em um momento de crise financeira causada pela pandemia do novo coronavírus, o Sicoob Potiguar irá reabrir a carteira dos empréstimos consignados para os servidores públicos estaduais. A Cooperativa espera auxiliar os associados durante o período de dificuldades e

estimular uma recuperação da **economia**.

Crescimento

Além dos R\$ 611 mil de sobras em 2019, o Sicoob Potiguar chegou aos R\$ 37,8 milhões em ativos totais até dezembro, atingindo um crescimento anual de 27,9%. Os números significaram o melhor ano do Sicoob Potiguar no Estado, onde começou a operar em 1997, com 23 sócios. O Sicoob Potiguar cresceu ao longo desse tempo e findou 2019 com 5.576 cooperados.

'Para que nossos associados comprovem o caminho acertado de nossas decisões: no crescimento de ativos totais, superamos a meta e tivemos um crescimento de 21,1%. Na nossa carteira de crédito, crescemos 20% e nos depósitos totais, não só superamos a meta, atingindo 141,2%, como nosso crescimento anual foi de 27,9%. Em um momento que a **economia** ainda não consegue números mais robustos, o cooperativismo financeiro do Sicoob Potiguar demonstra sua força', comemora o presidente do Sicoob Potiguar, Custódio Arrais Neto.

Moob

O aplicativo Moob, onde será realizada a assembleia virtual desta quinta-feira, é uma ferramenta criada pelo próprio Sicoob, com autorização do Banco Central, onde os cooperados também podem ter acesso aos principais dados da instituição, receber e gerenciar convites para eventos, negociar bens publicados, entre outras facilidades. Para utilizar o Moob, basta o associado baixar o app gratuitamente na Google Play ou AppStore, e efetuar o login com seus dados.

Números

R\$ 37,8 milhões em ativos foram tabulados pelo Sicoob Potiguar ao longo do ano passado

R\$ 611 mil serão divididos entre os cooperados durante assembleia virtual nesta quinta-feira, 23

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Zenaide apresenta Projeto de Lei para incentivar financiamento colaborativo e ajudar micro e pequenas empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

A senadora Zenaide Maia apresentou no Senado o Projeto de Lei 3883/2020 para o incremento de Plataformas de Financiamento Colaborativo, que deverá beneficiar micro e pequenos empresários, sendo uma solução inovadora no setor financeiro para enfrentar a concentração setorial e tornar mais acessível o crédito para a **economia**.

A parlamentar acredita que estamos em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico e é preciso alternativas para incentivar financeiramente novos projetos. Para isso, Zenaide Maia buscou apoio na Lei nº 4.595, de

31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, criou o Conselho Monetário Nacional e deu outras providências, para dispor acerca do financiamento colaborativo.

O financiamento colaborativo é quando várias pessoas se identificam com o seu projeto e resolvem contribuir financeiramente para que ele saia do papel. Baseado na **economia** colaborativa tem como fundamento a premissa de que juntos todos podem conquistar seus objetivos. Ele corresponde ao tipo de financiamento de entidades, ou das suas atividades e projetos, mediante registo em plataformas digitais ou eletrônicas acessíveis na internet, a partir das quais procedem à angariação de parcelas de investimento provenientes de um ou vários investidores individuais, permitindo inclusive empréstimos. O financiamento servirá também para disponibilizar crédito para as startups, já que são prejudicadas pelo spread bancário brasileiro (diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro).

'Temos o dever enquanto parlamentares de buscar alternativas de ampliar mecanismos de regulação para financiamento de negócios inovadores. Estamos vendo muitos novos empreendedores sem experiência de crédito, sendo impedidos de conseguir investimentos em seus projetos devido às políticas de crédito tradicionais. O financiamento colaborativo é uma forma de ajudar os micro e pequenos empresários e assim fazer a **economia** crescer

e se desenvolver', garante Zenaide Maia.

A proposição da senadora Zenaide Maia ainda não tem data marcada para votação. A parlamentar também é autora da PEC 79/2019 que limita a taxa de **juros** cobrada pelas instituições financeiras a três vezes o valor da taxa básica de **juros** estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Com recuo de Paulo Guedes, cesta básica segue isenta de impostos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - De última hora, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, decidiu retirar do projeto de reforma tributária enviado ontem ao Congresso a previsão de aumento de impostos dos produtos que compõem a cesta básica. Na avaliação da equipe econômica, seria difícil explicar, neste momento, uma proposta que representaria uma elevação do custo de vida para a classe média.

A ideia inicial era propor o fim da isenção tributária de todos os produtos da cesta básica e usar o dinheiro arrecadado para alimentar o patrimônio do Renda Brasil - o programa social que o presidente Jair Bolsonaro pretende lançar em agosto no lugar do Bolsa Família. Como

compensação, os beneficiários do Renda Brasil receberiam de volta os **tributos** pagos a mais com a mudança do sistema. No entanto, o preço da cesta para a população com renda mais alta teria elevação.

Na véspera do envio da proposta, o governo chegou a fazer consultas a algumas lideranças do Congresso sobre a medida e, numa avaliação feita ontem cedo, decidiu adiar a apresentação da proposta. A área econômica vai negociar a medida com o Congresso Além disso, havia dúvidas em relação ao mecanismo de devolução e preocupação com o impacto na inflação.

A reformulação dos **tributos** sobre a cesta básica deve fazer parte de uma segunda etapa da reforma tributária, disse o secretário especial da Receita Federal, José Testes Neto. De acordo com ele, o governo pretende enviar essa segunda fase ao Congresso entre 20 e 30 dias.

"A ideia é compensar o imposto sobre o consumo embutido nos alimentos em qualquer item que elas consumam. Isso é bastante interessante. Usar esse programa de transferência de renda torna a compensação das famílias de baixa renda integral independentemente do que elas consumam", complementou a assessora especial do Ministério da **Economia**, Vanessa Canado, em apresentação à imprensa. Segundo ela, "o governo não voltou atrás na questão da cesta básica, só adiou".

Segundo o texto do projeto, continuam isentas as receitas decorrentes da venda dos produtos

listados, bem como a importação desses itens. A lista inclui produtos como farinha, leite, legumes, queijos (mozzarella, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, provolone, parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino), carnes bovina, suína, ovina e caprina, café, açúcar, óleo de soja, margarina e manteiga.

Arrecadação

A desoneração da cesta básica consumiu, ao todo, R\$ 15,9 bilhões em 2018 (dado mais recente fechado pelo Ministério da **Economia**), mas só R\$ 1,6 bilhão desse valor é gasto com os 20% mais pobres do País. Os 20% mais ricos, por sua vez, ficam com R\$ 4,5 bilhões do benefício.

Além disso, a política de desoneração parte do pressuposto de que as empresas repassam integralmente o benefício, mas nem sempre isso ocorre. Como os produtos básicos são demandados mesmo em momento de alta de preços (diferentemente de supérfluos, que são dispensáveis quando mais caros), não há incentivo para redução dos valores, dizem técnicos do governo. O benefício pode acabar sendo absorvido pelas companhias em forma de lucro.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo quer trocar PIS/Cofins por novo imposto de 12% sobre consumo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília - Na primeira fase da reforma tributária, enviada nesta terça-feira (21) ao Congresso, o governo federal propôs uma alíquota única de 12% para a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), que será criada a partir da unificação do PIS/Cofins, mas manteve uma tributação menor para os bancos, que pagarão 5,8%. Já as receitas de prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, como rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário, que mexem com a vida da população, ficarão isentas.

Pessoas jurídicas que não exercem atividade econômica ficaram isentas da incidência do novo tributo sobre suas atividades típicas. São os casos de igrejas, partidos políticos,

sindicatos, fundações, entidades representativas de classe, serviços sociais autônomos, instituições de assistência social.

Por outro lado, as empresas que prestam serviço para o consumidor final e são intensivos em mão de obra, como educação, segurança, informática, telecomunicações, hotelaria, transporte aéreo, deverão ter aumento de carga tributária porque têm poucos créditos para serem compensados. Isso significa que caso a proposta seja aprovada da forma como está pode haver aumento no preço de serviços, como mensalidade escolar e consultas médicas.

A razão é que o custo maior da mão de obra não gera crédito para ser compensado no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será adotado com o CBS. Nessa sistemática, os créditos poderão ser usados pelas empresas para diminuir o valor a pagar, o que não acontece hoje. Esses setores já se movimentam para barrar o aumento da carga tributária. O texto foi entregue aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, bateu na tecla de que o princípio é manter estável a carga tributária "global", sem ganhos de arrecadação para o governo. "A diretriz do ministro Paulo Guedes é não haver aumento de carga tributária", afirmou. Em 2018, o PIS-Pasep e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) arrecadaram R\$ 310 bilhões, de um total de R\$ 1,54 trilhão de todos os **tributos** federais no período, segundo dados da Receita Federal.

Essa é só a primeira fase da reforma tributária. A ideia do governo é fazer outras etapas,

incluindo a criação de um novo tributo, nos moldes da antiga CPMF, para bancar o desejo do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, de reduzir os impostos que as empresas pagam sobre a folha de salários (a chamada desoneração) e impulsionar o emprego. Com o envio da proposta do governo, a expectativa é que a tramitação da reforma, considerada a mais importante para o crescimento depois da pandemia da covid-19, possa deslanchar no segundo semestre.

Assim como as outras propostas de reforma que já estão sendo debatidas no Congresso, o texto do governo não reduz a tributação sobre o consumo - o que penaliza a parcela mais pobre da população. A consequência da concentração maior da carga tributária sobre o consumo no Brasil é o alto grau de "regressividade" (se arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos).

A proposta do governo de reforma tributária cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual e vai tramitar em conjunto com as demais propostas sobre o tema que estão em análise no Congresso Nacional.

Bancos

A assessora especial do Ministério da **Economia** Vanessa Canado, que trabalhou na proposta de reforma, disse que a alíquota paga por bancos aumentou em relação ao que é hoje (4,65%) e que há dificuldades técnicas na cobrança de impostos das instituições financeiras. "Há limitações técnicas para a tributação de instituições financeiras. O valor agregado apurado por uma instituição financeira não pode ser apurado por meio de um sistema de débito e crédito como na cadeia de circulação de bens e serviços", disse.

Repercussão

Especialistas, porém, têm dúvidas se a carga dos bancos não pode acabar ficando menor, já que eles terão um série de deduções maiores que poderão ser feitas, reduzindo o imposto a pagar. Ex-secretário-adjunto da Receita, Paulo Ricardo Cardoso disse que não vê fundamentação técnica para tributar os bancos em 5,8% e as demais empresas em 12%. Com as deduções, ressaltou, não se sabe ao claro qual o tamanho da carga tributária dos bancos.

O presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou nesta terça-feira (21) que a reforma tributária é "extremamente necessária para colocar ordem neste sistema cheio de distorções". Por meio de nota, o executivo disse que a Febraban defende as reformas estruturais na **economia** particularmente, a reforma tributária.

"Nosso sistema tributário é caótico e, apesar do grande potencial arrecadador, infelizmente se tornou um entrave para o crescimento econômico por conta da sua complexidade e de várias distorções", afirmou. Segundo Isaac, o País não conseguirá elevar a produtividade e voltar a crescer enquanto esses problemas não forem atacados.

Rodrigo Maia elogiou a iniciativa do governo e afirmou que a reforma tributária vai garantir segurança jurídica para o setor produtivo. Segundo ele, independentemente do texto que vai ser aprovado (se a unificação de todos os impostos ou apenas os federais), o importante é avançar na proposta.

Davi Alcolumbre afirmou que a entrega da proposta é histórica e defendeu um texto de consenso entre as duas Casas e o governo. 'É o primeiro passo para fazer a reforma. Hoje, temos um emaranhado de resoluções, portarias

e leis que complicam a vida dos investidores e atrapalham os empresários. É preciso criar um novo ambiente de negócios', disse Alcolumbre.

Paulo Guedes afirmou que confia no caráter reformista do Congresso e disse apoiar o 'acoplamento' das propostas do governo e do Parlamento.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Zenaide apresenta Projeto de Lei para incentivar financiamento colaborativo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A senadora Zenaide Maia apresentou no Senado o Projeto de Lei 3883/2020 para o incremento de Plataformas de Financiamento Colaborativo, que deverá beneficiar micro e pequenos empresários, sendo uma solução inovadora no setor financeiro para enfrentar a concentração setorial e tornar mais acessível o crédito para a **economia**.

A parlamentar acredita que estamos em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico e é preciso alternativas para incentivar financeiramente novos projetos. Para isso, Zenaide Maia buscou apoio na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias

e Creditícias, criou o Conselho Monetário Nacional e deu outras providências, para dispor acerca do financiamento colaborativo.

O financiamento colaborativo é quando várias pessoas se identificam com o seu projeto e resolvem contribuir financeiramente para que ele saia do papel. Baseado na **economia** colaborativa tem como fundamento a premissa de que juntos todos podem conquistar seus objetivos. Ele corresponde ao tipo de financiamento de entidades, ou das suas atividades e projetos, mediante registro em plataformas digitais ou eletrônicas acessíveis na internet, a partir das quais procedem à angariação de parcelas de investimento provenientes de um ou vários investidores individuais, permitindo inclusive empréstimos. O financiamento servirá também para disponibilizar crédito para as startups, já que são prejudicadas pelo spread bancário brasileiro (diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro).

'Temos o dever enquanto parlamentares de buscar alternativas de ampliar mecanismos de regulação para financiamento de negócios inovadores. Estamos vendo muitos novos empreendedores sem experiência de crédito, sendo impedidos de conseguir investimentos em seus projetos devido às políticas de crédito tradicionais. O financiamento colaborativo é uma forma de ajudar os micro e pequenos empresários e assim fazer a **economia** crescer e se desenvolver', garante Zenaide Maia.

A proposição da senadora Zenaide Maia ainda não tem data marcada para votação. A parlamentar também é autora da PEC 79/2019 que limita a taxa de **juros** cobrada pelas instituições financeiras a três vezes o valor da taxa básica de **juros** estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA